



AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE REDUÇÃO DA POBREZA COM ÊNFASE NO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA FAMÍLIA NO CONTEXTO DO PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ICÓ - CEARÁ

Maria Maglinalda Figueiredo de Sousa

Faculdade Vale do Salgado, Brasil

Ana Beatriz Lima Monteiro Nunes

Faculdade Vale do Salgado, Brasil

Jane Eire Alencar Pereira Maia

Faculdade Vale do Salgado, Brasil

Margemeire Figueiredo de Sousa

Faculdade Vale do Salgado, Brasil

Mirelly Figueiredo de Sousa

Universidade Potiguar, Brasil

RESUMO

O presente artigo busca analisar se a transferência de renda por meio do Programa Bolsa Família tem contribuído para erradicação da vulnerabilidade social das famílias do Projeto de Assentamento Chico Mendes, avaliando se os beneficiários têm conhecimento das diretrizes do programa, se o dinheiro repassado pelo Bolsa Família tem sido utilizado em conformidade com as finalidades do programa e se o mesmo tem contribuído para erradicação da pobreza das famílias beneficiadas. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica e documental seguida de uma aplicação aleatória de 15 questionários aos beneficiários do Bolsa Família residente no Projeto de Assentamento Chico Mendes, com três questões abertas e quatro questões fechadas. Os resultados mostraram que o Bolsa Família é um programa estratégico no enfrentamento da pobreza eminente no projeto de Assentamento Chico Mendes, visando buscar soluções quanto à situação de precarização e vulnerabilidade social em que vive as famílias assentadas em assentamento rurais. Apesar do Bolsa Família ser programa de transferência de renda para famílias em vulnerabilidade social muitas vezes não chega ao seu público alvo, e em se tratando dos assentamentos rurais estaria contribuindo para a exclusão dos assentados das políticas públicas de complementação da renda familiar. No Projeto de Assentamento Chico Mendes onde a percentagem de beneficiários deveria ser alta devido à situação de pobreza onde se encontra várias famílias, no entanto o programa atende apenas a uma minoria das famílias assentadas deixando as demais fora do Programa de Complementação de renda.

Palavras-chave: Bolsa Família; Transferência de Renda; Renda Familiar; Reforma Agrária.



AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE REDUÇÃO DA POBREZA COM ÊNFASE NO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA FAMÍLIA NO CONTEXTO DO PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ICÓ - CEARÁ

Ana Beatriz Lima Monteiro Nunes¹

Jane Eire Alencar Pereira Maia²

Margemeire Figueiredo de Sousa³

Maria Maglinalda Figueiredo de Sousa⁴

Mirelly Figueiredo de Sousa⁵

RESUMO

O presente artigo busca analisar se a transferência de renda por meio do Programa Bolsa Família tem contribuído para erradicação da vulnerabilidade social das famílias do Projeto de Assentamento Chico Mendes, avaliando se os beneficiários têm conhecimento das diretrizes do programa, se o dinheiro repassado as Família tem sido utilizado em conformidade com as finalidades do mesmo.

Palavras - chave: Bolsa Família; Transferência de Renda; Renda Familiar; Reforma Agrária.

ABSTRACT

The present article searches to analyze if the transference of income by means of the Program Stock market Family has contributed for eradication of the social vulnerability of the families of the Project of Chico Nesting Mendes, having evaluated if the beneficiaries have knowledge of the lines of direction of the program, if the repassed money the Family has been used in compliance with the purposes of the same.

Word - key: Stock market Family; Transference of Income; Familiar income; The Agrarian Reformation.

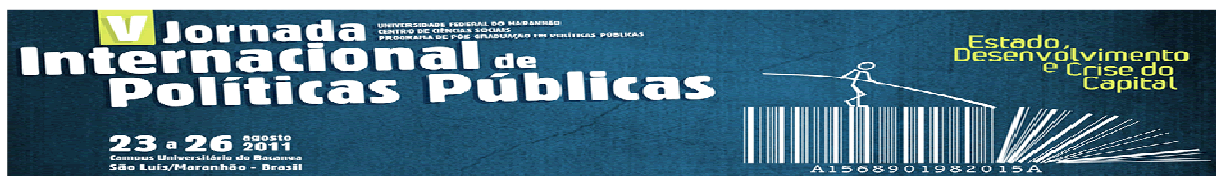
¹ Graduanda. Faculdade Vale do Salgado (FVS) beatriz_beatriz01@hotmail.com

² Graduanda. Faculdade Vale do Salgado (FVS) janeapm@yahoo.com.br

³ Graduanda. Faculdade Vale do Salgado (FVS) merge.figueiredo@hotmail.com.

⁴ Graduanda. Faculdade Vale do Salgado (FVS) magli_fvs@hotmail.com

⁵ Graduanda. Universidade Potiguar (UNP) leahfig@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Desde os anos 80 há um debate sobre prover assistência à famílias pobres e miseráveis. A concessão de benefícios e ajuda era então feita pontualmente e de forma indireta, geralmente com a distribuição de cestas básicas em áreas carentes principalmente do norte e nordeste, algumas vezes seguidas de denúncias de corrupção devido a centralização das compras em Brasília, além do desvio de mercadorias pela falta de controle logístico.

O idealizador do projeto de ajuda direta foi Herbert José de Sousa, o Betinho, sociólogo e importante ativista dos direitos humanos brasileiro. A criação do Bolsa Família teve como inspiração o Bolsa Escola, programa criado na cidade de Campinas - SP em 1994, sendo implementado em 2001 pelo governo federal. É a mais importante das políticas sociais do governo brasileiro e é hoje o maior programa de transferência condicionada de capital do mundo.

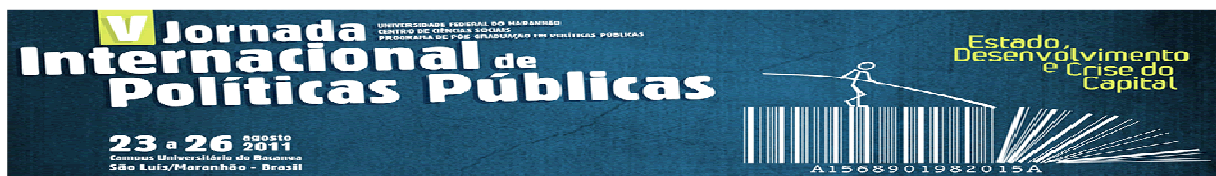
Em 2002 havia no Brasil uma multitude de programas sociais que já beneficiava cerca de cinco milhões de famílias, através, entre outros, de programas como o "Bolsa Escola", vinculado ao Ministério da Educação, "Auxílio Gás", vinculado ao Ministério de Minas e Energia e o "Cartão Alimentação", vinculado ao Ministério da Saúde, cada um desses geridos por administrações burocráticas diferentes. O Programa Bolsa Família consistiu na unificação e ampliação desses programas sociais num único programa social.

1 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

Os programas de transferência de renda têm sido debatidos, internacionalmente, desde a década de 1980, no bojo das transformações ocorridas na Economia e no Trabalho. Essas transformações têm como repercussão a precarização, o desemprego crescente, a intensificação da pobreza dentre outros, situando-se a discussão sobre a temática num contexto de busca de alternativas face à desproteção social evidenciada com a crise do Welfare State.

De acordo com Silva (1997, p.25):

É no contexto marcado pela pressão econômica e social, de recrudescimento da pobreza e de inadaptação dos sistemas de proteção social à realidade de exclusão, que o debate internacional sobre renda mínima adquire amplitude como parte das soluções às questões postas com a crise da sociedade salarial.



No Brasil, o debate sobre programas de transferência de renda intensifica-se e ganha maior visibilidade com a apresentação, pelo senador Eduardo Suplicy do Partido dos Trabalhadores – PT, do projeto de lei nº. 80/1991 de criação do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), que propunha uma complementação de renda, de aproximadamente dois salários mínimos, aos indivíduos maiores de 25 anos, cujos rendimentos mensais fossem inferiores a determinado patamar de renda.

O Bolsa-Família integra a Política de Renda Mínima do Governo federal, sendo, neste estudo, considerado no âmbito da política de Assistência Social, sobretudo, pelo seu caráter não-contributivo e por se direcionar ao público-alvo dessa política. Conforme ratifica a Norma Operacional Básica – NOB/2005, que disciplina a gestão da Política de Assistência Social e normatiza a implantação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, no Brasil, transferência de renda integra a rede socioassistencial a partir do desenvolvimento de programas que visam o repasse de recursos aos beneficiários. De acordo com a NOB a proposição da transferência monetária é assegurar acesso à renda visando o combater:

À fome, à pobreza e outras formas de privação de direitos que levem à situação de vulnerabilidade social, criando possibilidades para a emancipação, o exercício da autonomia das famílias e indivíduos atendidos e o desenvolvimento local (NOB/SUAS, 2005, p. 21).

Buscando-se no conceito de Silva (2002, p.3) o apoio necessário para refletir e apreender esse tema no contexto brasileiro tem que a transferência de renda conceitue:

Uma Política Pública que se situa no contexto do Sistema Brasileiro de Proteção Social, concebida enquanto uma Política de Assistência Social por independe de contribuição prévia, materializando-se mediante programas de transferência monetária a famílias ou a indivíduos.

No Programa Bolsa-Família, a transferência monetária é associada à garantia do acesso aos direitos sociais básicos: Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança Alimentar, objetivando promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, para construir-se meios e condições a fim de que possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram (BRASIL, 2004, p. 2).

O Programa dá grande ênfase ao que se denomina de condicionalidades ou contrapartidas sociais, ações de Saúde (pré-natal, vacinação) e Educação (frequência das crianças à escola de no mínimo 85%) que devem ser cumpridas pelo grupo familiar, devendo ser observadas para que a família possa permanecer no Programa. Nesse sentido, o Governo federal, através dos documentos legais que regulamentam o Bolsa-Família, define normas para a oferta e



monitoramento das ações de Saúde e Educação relativas ao cumprimento das condicionalidades pelas famílias atendidas.

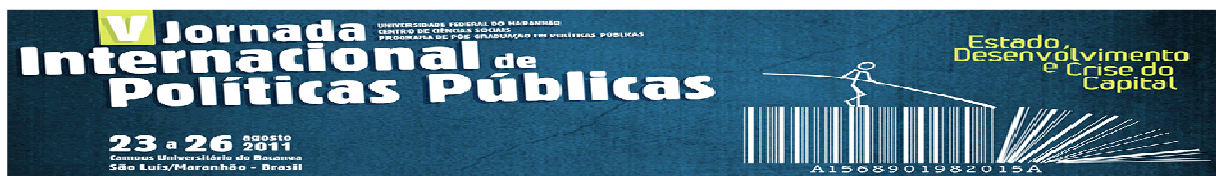
A lei de criação do Bolsa Família considera a seguinte concepção de família para fins de destinação do Programa: “família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição dos seus membros” (BRASIL, 2004, p.1).

Visa dar proteção integral a todo o grupo familiar, e não apenas a alguns de seus membros. Adianta muito pouco dar apoio a um membro da família sem levar em consideração os demais. Assim, o Bolsa Família considera todo o grupo familiar e, junto com os recursos financeiros para a complementação da renda, vai estimular as famílias beneficiadas a freqüentar e utilizar os serviços da rede pública de saúde, de educação e da assistência social, oferecendo apoio e oportunidades a todos os seus membros.

Dada a centralidade adquirida pela família na Política Social brasileira, particularmente na de Assistência Social, importa destacar as diferentes perspectivas analíticas sobre o lugar que a família pode ocupar no âmbito das políticas sociais. O fato do Bolsa Família ter entre seus objetivos a intenção de contribuir para a emancipação das famílias atendidas, construindo as condições para que possam sair da situação de vulnerabilidade social, parece apontar para o entendimento, por parte dos seus idealizadores, de que o Estado deve prover as condições necessárias para que as famílias possam processar proteção aos seus membros. Contudo, limites estruturais e conjunturais são postos a essa intencionalidade.

O Programa Bolsa Família assim como as políticas sociais, de um modo geral, não têm a capacidade de superar a pobreza das famílias, sendo possível a sua superação somente a partir da ultrapassagem do sistema capitalista. A compreensão, aqui, é de que a pobreza é resultante da forma como a sociedade se organiza para produzir, baseada em relações sociais fundadas na exploração e na desigualdade, fundamentadas na contradição fundamental entre Capital e Trabalho.

Então, compreendendo pobreza como destituição material acrescida da ausência de condições que propiciem às pessoas e as famílias assegurar a satisfação de suas necessidades das mais elementares as mais complexas. No que diz respeito às condicionalidades previstas no Programa, o acesso à renda (benefício) não deve estar condicionado a obrigatoriedades ou condicionalidades de acesso, tais como: condição para permanência da família no Programa de maneira punitiva. Ao invés disso, o Governo federal, através dos seus Ministérios, deve



incentivar por diversos meios e disponibilizar a estas famílias serviços em quantidade e qualidade suficientes a toda a população, o que ainda não é efetivado na sociedade brasileira.

Além disso, há que se considerar a incapacidade de a maioria dos municípios, onde o Bolsa Família é implementado, em ofertar os serviços mencionados nas condicionalidades a serem observadas pelas famílias como condição para permanência destas no Programa. Outro aspecto importante diz respeito à transferência monetária direta às famílias, via cartão magnético. Representa um avanço na perspectiva de reconhecê-las enquanto instituição constituída por cidadãos, buscando-se romper práticas políticas tuteladoras e clientelistas em que se sobressai à personificação do benefício.

2 PROCEDIMENTO METODOLOGICO

A pesquisa pretende analisar a importância da transferência de renda para as famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família, atualmente no projeto de Assentamento Chico Mendes, interpretando suas falhas, os seus sucessos para que assim possa propor novos modelos, além de buscar as causas dos possíveis insucessos. Por esses motivos, o tipo de pesquisa a ser utilizado quanto à forma de abordagem do problema será qualitativo, já que não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas.

Do ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa será do tipo exploratória, já que é necessária a busca de informações sobre o problema, tanto com bibliografias quanto com pessoas que possuem contato com o problema a ser pesquisado. "As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas na formulação de problemas mais precisos" (GIL, 1994, p. 44).

2.1 Coleta de Dados

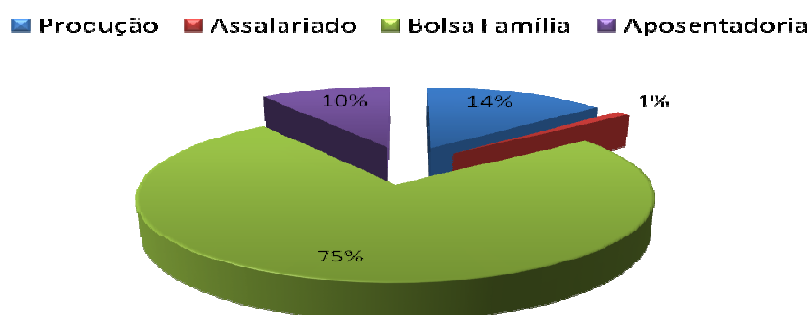
A coleta de dados foi realizada em fontes primárias (via observação, pesquisa documental e questionário) e em fontes secundárias (pesquisa bibliográfica). As fontes primárias são aquelas que possuem relação direta com a realidade. Os dados secundários foram obtidos através de pesquisas bibliográficas como, livros, revistas, artigos vinculados em periódicos especializados, relatórios de pesquisas na área, consulta a Internet. A pesquisa documental segundo Gil (1999) é aquela que se vale de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que

ainda podem ser re-elaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. No presente estudo, foi realizada em entidades que se inter-relacionam com os associados.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

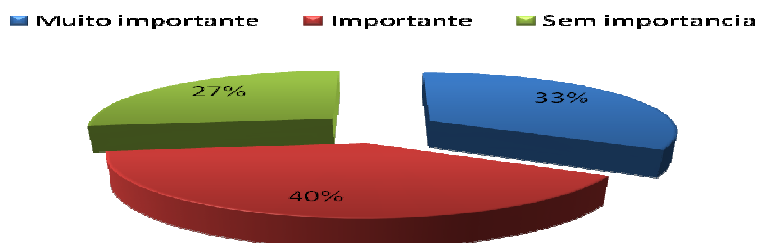
Os dados e informações necessárias decorrentes das entrevistas e da pesquisa documental foram analisados qualitativamente sob a forma descritiva-interpretativa, (onde se apresentam e se interpretam os dados) e de quadro final de análise. Godoy (1995) sugere esta como uma forma adequada para analisar os dados coletados por considerar que todos os pontos de vista são importantes, merecendo serem examinados para a compreensão do fenômeno estudado, na sua complexidade.

GRAFICO I - Constituição da renda familiar dos assentados



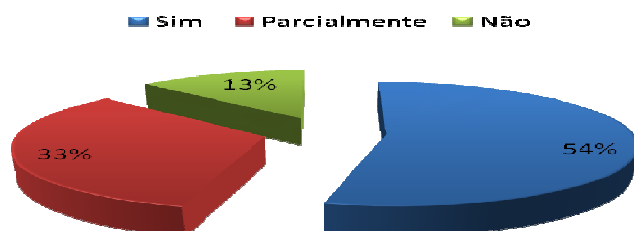
O que chamou a atenção é a forma de sobrevivência que vive muitas famílias assentadas, sendo que a grande maioria vive apenas com uma renda mensal de R\$ 242,00 (duzentos e quarenta e dois reais) oriundos do programa bolsa família, e de poucos produtos que produzem, também vale salientar a venda de leite que acontece em baixa escala, sendo sua grande maioria é para o próprio sustento da família, como também a comercialização de peixe e mel realizada por algumas famílias. Com essa falta de estrutura básica para desenvolver seu próprio sustento da terra, é que muitos têm que trabalhar fora do assentamento para ganhar o sustento da família (em uma grande maioria as mulheres).

GRAFICO III - Importância do Programa Bolsa Família na complementação da Renda Familiar



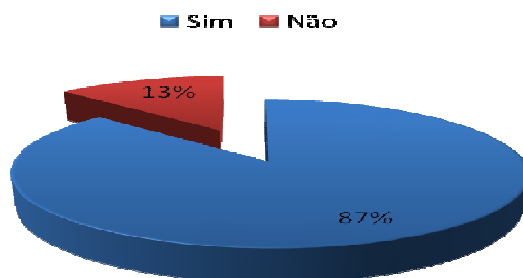
Os beneficiados consideram a transferência de renda do programa Bolsa Família como sendo importante e muito importante para complementação da renda familiar, sendo que como mostra no gráfico I 75% das famílias assentadas vivem com a renda do programa, fato este que tem contribuído para diminuição do estado de miséria de famílias que vive em vulnerabilidade social.

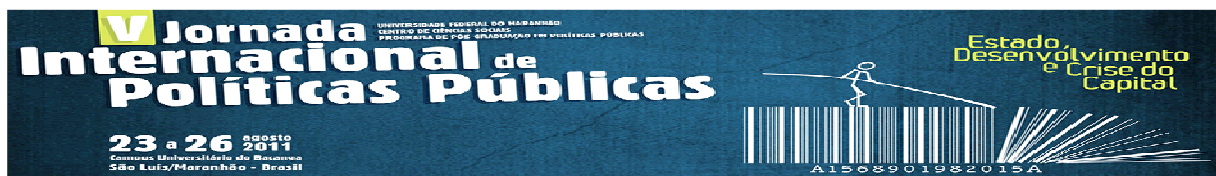
GRAFICO IV - Finalidade do Programa



Neste item foi perguntado as famílias se eles tinha conhecimento da finalidade e diretrizes do programa, a maioria se diz ter conhecimento dessas diretrizes, contudo este conhecimento é muito distorcido da real finalidade do programa

GRAFICO V - Utilização do dinheiro





Indagou-se se o dinheiro recebido pelo Programa Bolsa Família esta sendo utilizado de acordo com os requisitos do programa. Sendo que a grande maioria respondeu que sim, no entanto no decorrer da entrevista observou-se que eles na realidade não conhecem as finalidades do programa e o dinheiro é utilizado para as mais variadas formas de despesas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A centralidade na família destacada no Programa Bolsa Família, aponta para o entendimento de que esta deve receber, por parte do Estado via políticas públicas, as atenções necessárias, para processar proteção a seus membros. Entretanto, a fragilidade do sistema de proteção social brasileiro, marcado fortemente pelo seu caráter residual e emergencial, impõe limites ao atendimento das necessidades das famílias pobres, aliado aos limites de se enfrentar uma questão de natureza estrutural como a pobreza, que pressupõe investimento em políticas de geração de Emprego e Renda, Segurança Alimentar, Reforma Agrária, dentre outras.

Todavia, apesar das dificuldades apresentadas, o Bolsa-Família é um programa estratégico no enfrentamento da pobreza no Brasil, e hoje apresenta um diferencial na vida de muitas famílias brasileira que vive apenas com a renda do Bolsa Família. Contudo o programa ainda apresenta algumas fragilidades principalmente na fiscalização das condicionalidades de transferência de renda, ou seja, é grande o numero de famílias carentes não atendidas pelo programa como também o repasse a famílias que não se enquadram no perfil do Bolsa Família. Outro fator preocupante é falta de conhecimento e capacitação dos Coordenadores locais do Programa que mal conhecem suas diretrizes básicas.

REFERÊNCIAS

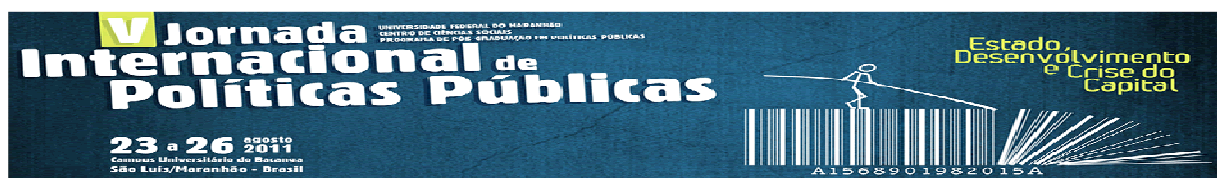
GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. In: Revista Serviço Social e Sociedade Nº 71. São Paulo, Cortez: 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. A Política Pública de Renda Mínima no Brasil: perfil e tendências. Texto mimeo. São Luís: 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Renda mínima e reestruturação produtiva. São Paulo: Cortez, 1997.



SUPLICY, Eduardo. Renda de Cidadania: a saída é pela porta. 2. ed. Revista -São Paulo: Cortez; Editora da Fundação Perseu Abramo, 2002.



POLÍTICAS AGRÁRIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE ICO CEARÁ

Ana Beatriz Lima Monteiro Nunes⁵

Margemeire Figueiredo de Sousa⁶

Maria Maglinalda Figueiredo de Sousa⁷

Mirelly Figueiredo de Sousa⁸

RESUMO

O presente artigo analisa o processo de mobilização dos movimentos sociais dos pequenos agricultores e sua luta pela conquista da terra, tendo como pano de fundo as Políticas Agrárias em seus diferentes contextos sociais. Esta luta tem como determinante a reivindicação por uma redistribuição não só da terra em si, mais por meio desta uma redistribuição de renda, de poder e de direitos, onde por meio do acesso a terra o homem conquista sua cidadania, porem a mesma por si só não é suficiente para prover sua dignidade.

Palavras-chave: Políticas Agrárias, Movimentos Sociais e Pequenos Agricultores.

ABSTRACT

The present article analyzes the process of mobilization of the social movements of the small agriculturists and its fight for the conquest of the land, having as deep cloth of the Agrarian Politics in its different social contexts. This fight not only has as determinative the claim for a redistribution of the land in itself, more by means of this a redistribution of income, being able and rights, where by means of the access the land the man conquest its citizenship, to put the same one by itself is not enough to provide its dignity.

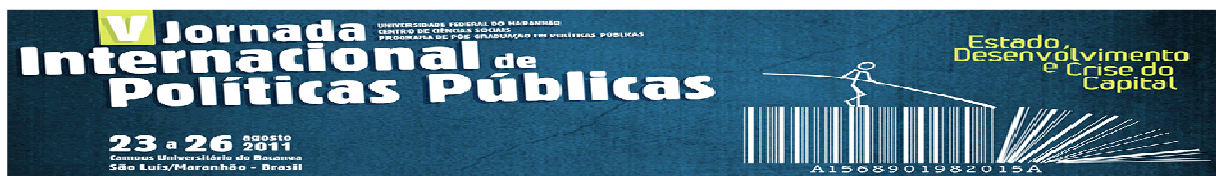
Word-key: Agrarian Politics, Social Movements and Small Agriculturists.

⁵ Graduanda. Faculdade Vale do Salgado (FVS) beatriz_beatriz01@hotmail.com

⁶ Graduanda. Faculdade Vale do Salgado (FVS) merge.figueiredo@hotmail.com.

⁷ Graduanda. Faculdade Vale do Salgado (FVS) magli_fvs@hotmail.com

⁸ Graduanda. Universidade Potiguar (UNP) leahfig@hotmail.com



INTRODUÇÃO

O propósito das lutas dos movimentos sociais no campo e o que os agricultores rurais almejam é uma mudança na estrutura política e social no campo, sobre a qual se assenta o poder dos grandes proprietários de terras. A reforma agrária é para os trabalhadores rurais uma estratégia para romper o monopólio da terra e permitir que possam se apropriar um dia dos frutos do seu próprio trabalho.

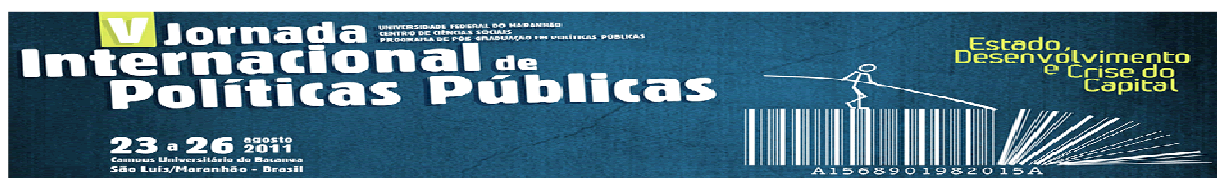
Para tal é necessário eliminar o latifúndio e incidir sobre a dominação parasitária da terra, desde o caso daqueles que deixam a terra inculta á espera de valorização imobiliária, até os que a utilizam para repassar recursos financeiros aos pequenos produtores rurais.

Apesar das enormes desigualdades regionais do país, não se pode ignorar o desenvolvimento econômico por que passou o campo brasileiro, especialmente nas ultimas duas décadas, nem as transformações políticas a ele associadas. Em conseqüência dessas transformações, a estratégia de políticas alternativas reivindicadas pelos trabalhadores rurais não se limita à reforma agrária.

1 DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS NO BRASIL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Tudo tem seu início pela Lei de 1850, chamada Lei da Terra, que longe de permitir a correção das distorções fundiárias, buscava apenas uma forma de impedir o acesso à terra aos escravos que seriam libertos, e aos imigrantes que viriam substituí-los, garantindo mão de obra farta. A “Revolta dos Tenentes”, Tenentismo (1922-24), no relato da história oficial serão seus protagonistas, os primeiros a falar de Reforma Agrária, porque a mesma ajudaria com alimentos baratos para a industrialização do país.

Neste mesmo período é fundado o Partido Comunista Brasileiro o qual vislumbrava na Reforma Agrária uma etapa para se atingir a “revolução democrático-burguesa”, entre as suas linhas estava que a revolução quem faz são os operários e camponeses apoiados pela burguesia nacional na luta contra o latifúndio (SILVA, 2001). Esta revolução não aconteceu como previsto, tanto porque foram os próprios fazendeiros que viabilizaram o surgimento da burguesia nacional, financiando-a ou transformando-se eles mesmos em comerciantes e industriais.

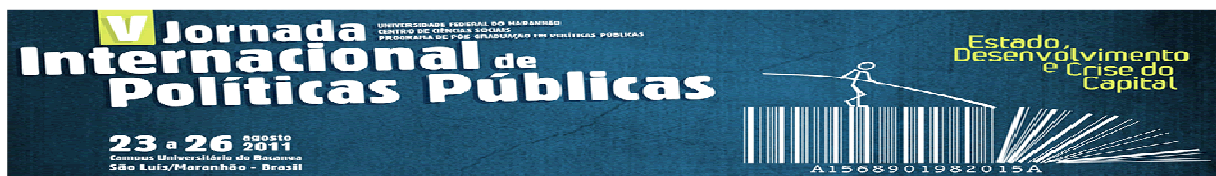


Nos anos 60 tem-se a Ação Popular (1961-64), ainda fortemente influenciada pelo ideário humanista cristão, vinculada às estruturas formadas pela Igreja junto aos movimentos populares, a Ação Popular possuía penetração entre operários, camponeses e estudantes, principalmente entre os últimos. Tinha em suas linhas de ação um item a favor da reforma agrária, mas não chegou a desenvolver um conceito claro a respeito. No período *janguista* após a renúncia de Jânio Quadros, as palavras mais faladas no Brasil eram “reformas de base”.

O Brasil inteiro falava delas, o Presidente, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), os estudantes da UNE (União Nacional dos Estudantes), o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e os sindicatos eram a favor. A grande parte do PSD (Partido Social Democrático), quase toda a imprensa, grandes empresários e militares conservadores eram contra. A primeira das reformas de base era a sonhada Reforma Agrária. Sua principal atitude política a favor dos trabalhadores rurais foi quando regulamentou o reconhecimento jurídico e administrativo dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

No campo, nos anos seguintes, aumentam os conflitos. Nasce as Ligas Camponesas no Nordeste e no sudoeste do Paraná crescem as lutas agrárias. Na conjuntura mundial, depois da Segunda Guerra Mundial os países da Europa começaram a comprar alimentos, subiram os preços no Mercado Mundial, os grandes proprietários no Brasil ocupavam mais terras para produzir ou concentrar a renda. Assim, no início dos anos 60 havia muita tensão no campo e alguns grupos falando em Reforma Agrária, mas sem muita ligação com o campo (SILVA, 2001). Não se pode deixar de dar destaque maior a década de 1950, pois foi aí, que a luta pela terra alcançou no Brasil um grau mais elevado de organização através do surgimento de movimentos sociais como o das Ligas Camponesas.

No estado de Pernambuco, surge a denominada Liga Camponesa da Galiléia, que inicialmente, tratava-se de uma associação de auxílio mútuo, mas transformou-se rapidamente, em função da própria reação dos latifúndios, em uma entidade representativa, que lutava contra as tentativas de aumento do preço do foro e contra a expulsão de posseiros do Engenho, adquirindo progressivamente o caráter de associação de luta pela terra. O modelo das Ligas Camponesas rapidamente se espalharia pelo Nordeste e outras regiões do país, projetando a figura do Francisco Julião, uma de suas lideranças, no campo da luta pela Reforma Agrária no Brasil do período anterior ao golpe militar (INCRA, 2000).



Após 1964, o tema Reforma Agrária continua vivo apesar do Governo Militar. Cria-se o Estatuto da Terra, que mistura duas propostas para promover a reestruturação fundiária: empresas de colonização e as propriedades familiares no sentido de aumentar a competição. Neste propósito, predominaram as vantagens para as empresas de colonização. Criada em 1963-64, a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e ressurgindo com toda a força em 1968, teve no grupo de José Francisco (do Nordeste) uma relação possível com o governo militar evitando o confronto direto. Apegou-se as brechas da visão de Reforma Agrária influenciado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo como proposta aumentar a oferta de alimentos para o operariado, entre outras (GALVÃO, 2003). Também sendo necessário destacar o papel da Igreja Católica na orientação e mobilização.

Na retomada das lutas sociais, pelo retorno à democracia, a partir dos fins dos anos 1970, não era de se estranhar que esta longa tradição de luta pela terra se desdobrasse em novos movimentos. Foi o caso das lutas com ocupação de terras que ocorreram a partir de 1978, inicialmente nos estados do sul do país e que desaguariam, em 1983, na fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cuja ação baseia-se na ocupação de terras para pressionar o governo a fazer a Reforma Agrária.

Em 1996, o Congresso aprovou duas medidas para facilitar a reforma agrária: o aumento dos percentuais do Imposto Territorial Rural (ITR) para as propriedades improdutivas e o rito sumário que permite a desapropriação imediata das terras. Stédile, (1998) destaca que, com a redemocratização do país, os governos começam a promover maior número de assentamentos. Em 1985, começa uma nova fase na discussão do que venha a ser Reforma Agrária (RA). Para o MST, tendo dados que informam que 60% das pessoas na agricultura são semi-proletários e não conseguem competir com os grandes empresários.

2 O TRABALHADOR RURAL E A REFORMA AGRÁRIA

No clima de expectativa de mudanças que marcou o início da Nova república, os trabalhadores rurais realizaram dois grandes eventos, de enorme repercussão política. O primeiro deles foi o I Congresso dos Trabalhadores Sem Terra, o outro, o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovidos pela CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. O Congresso do MST reuniu cerca de 1500 delegados, representando 20 estados. Nesse encontro foi elaborado um conjunto de resoluções que envolviam as seguintes demandas por



uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores: a desapropriação de todas as propriedades com área superior a 500 ha; a distribuição imediata de todas as terras em mão dos estados e da União; a expropriação das terras das multinacionais; a extinção do Estatuto da Terra e criação de novas leis, com a participação dos trabalhadores e a partir da prática de luta dos mesmos; e a ocupação de todas as terras ociosas ou públicas.

A preparação do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovido pela CONTAG, iniciou-se ainda em 1984, ainda sob o impacto da grande mobilização das Diretas-Já. Neste processo ficaram visíveis as discordâncias existentes no interior dos movimentos, quanto a concepções distintas sobre a ação sindical. Ainda no Congresso da CONTAG, diversos temas foram tratados, tais como lei de greve; ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários; a política agrícola do governo; apoio econômico efetivo à pequena produção e a política de barragens.

Na opinião de Galvão (2003), as ações da Reforma Agrária, devem estar acompanhadas de programas de apoio ao pequeno agricultor e de geração de emprego no campo. Isso quer dizer que não se trata apenas de uma questão econômica, mas também social e política. A questão da reforma agrária vai muito além dos interesses, conflitos e reivindicações da população do campo, de movimentos ligados à terra, de produtores rurais e de órgãos governamentais.

Para Martins (1984), no atual estágio de desenvolvimento, o MST, se coloca como tarefa buscar um modelo para construir as relações sociais com as quais os trabalhadores pretendem enfrentar a privação política, cultural, social e econômica que sofrem. As principais proposições e recomendações feitas pelo movimento sindical rural ilustram sua visão a respeito do problema agrário. A Reforma Agrária tentaria o poder de assegurar a democracia e a liberdade política no país, a participação dos trabalhadores seria indispensável para o sucesso da reforma; os programas de colonização desenvolvidos pelo governo teriam de ser revistos e alguns extintos, por serem contrários a Reforma Agrária; uma série de proibições deveria ser adotada para impedir a formação ou expansão dos latifúndios.

Atualmente, com uma correlação de forças progressivamente favorável e com um instrumental teórico em construção, o corpo social e o Estado no Brasil dão sinais de uma vontade política de busca de um novo modelo de desenvolvimento urbano e rural, voltado para a economia dos recursos não renováveis, ou renováveis a custos crescentes, para a redução dos desperdícios e que também sejam socialmente abrangentes e politicamente representativos. A maior evidência

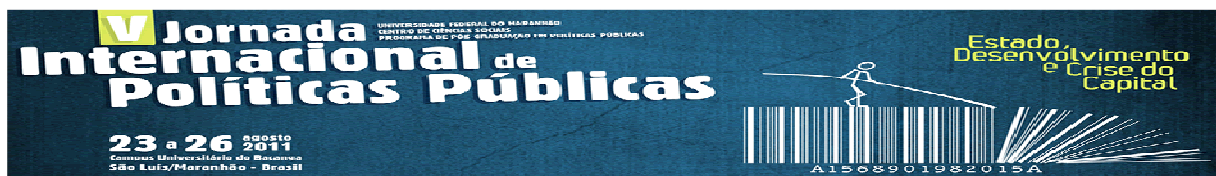


do empenho do Estado com um novo modelo de desenvolvimento é o esforço da Secretária de desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura para, com recursos do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar - PRONAF, e coordenadamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, implantar em todos os municípios brasileiros planos locais de desenvolvimento sustentável, baseados na agricultura familiar.

3 A LUTA POR REFORMA AGRÁRIA DOS PEQUENOS PRODUTORES DO MUNICÍPIO DE ICÓ E SUA IMPLEMENTAÇÃO POR MEIO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO CHICO MENDES

O Projeto de Assentamento Chico Mendes, tem como marco inicial, a exemplo de tantos outros projetos de assentamento instalados no país, a mobilização de trabalhadores rurais. Em 1980 começaram as lutas dos trabalhadores rurais do município de Icó por melhorias no campo, a princípio este movimento foi impulsionado pela pastoral da terra que coordenou um grupo de trabalhadores rurais, na sua grande maioria agricultores que já atuavam em áreas do município como arrendatários. Logo o movimento tomou grandes proporções e conseqüentemente recebeu apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais e do Movimento dos Sem Terra (MST). Na ocasião, o grupo preparou um abaixo-assinado dirigido aos representantes do INCRA, solicitando pacificamente a desapropriação da Fazenda Marcoza sendo que a mesma estava com um processo de desapropriação no INCRA por ser considerada improdutivo. O documento foi subscrito por agricultores ligados às Comunidades Eclesiais de Base, Comissão Pastoral da Terra, Sindicato e Movimento dos Sem Terra (MST).

Contudo os mesmos decidiram não esperar pela ordem de desapropriação, e resolveram invadir a fazenda Marcoza, ao chegarem lá enfrentaram resistência por parte dos moradores da fazenda não permitindo que eles montassem suas barracas, com isso tiveram que acampar no sítio Cipó, sítio visinho a fazenda Marcoza. Ficando ai até que o INCRA determinasse a desapropriação da terra. Assim, o dono da fazenda permitiu a ocupação por parte dos trabalhadores sem terra. Após os estudos realizados pelos técnicos do INCRA, definiu-se pela desapropriação do imóvel e pela implantação do projeto de assentamento nos moldes solicitados pela comunidade a ser assentada em seu documento de abaixo assinado.

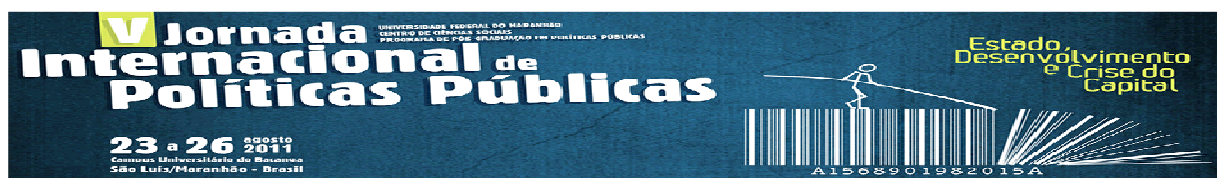


É importante ressaltar que entre a solicitação e a efetiva desapropriação houve um recurso de prazo, necessários à manifestação dos proprietários da Fazenda Marcoza, conforme previsto na lei e normas vigentes à época. Os trabalhadores ficaram acampados em barracas plásticas, estábulos e galpões da fazenda. Decorrido o prazo legal o imóvel foi desapropriado em cinco de Dezembro de 2003, conforme publicação no Diário Oficial da União, sem que tenha havido contestação de qualquer espécie por parte dos antigos proprietários.

A partir da desapropriação iniciou-se o processo de seleção. Os futuros assentados foram selecionados entre os trabalhadores rurais sem terra da região e subscritores do documento acima citado, utilizando-se critérios estabelecidos pelo INCRA. Inicialmente, os selecionados, em número de 80 famílias, foram assentados, provisoriamente, em áreas com extensão média de três hectares por família selecionada, fato efetivamente ocorrido em treze de dezembro de 2003. Vale ressaltar que a população da Fazenda Chico Mendes, à época, era oriunda de diversas comunidades dos municípios de Icó, Orós e Jaguaribe e áreas circunvizinhas. Os beneficiários do Projeto de Assentamento foram então selecionados entre trabalhadores rurais sem terra (meeiros, parceiros, arrendatários e assalariados) existentes na área e que, em sua grande maioria, já ocupavam a área da fazenda antes do processo de desapropriação.

A falta de chuvas na região no ano de desapropriação (2002) levou a comunidade de assentados à perda quase que total da sua produção. Meses depois, os assentados iniciaram as atividades de desmatamento, queima e preparo do solo para implantação das culturas que seriam cultivadas com as chuvas de verão. No final do ano de 2003, o PA Chico Mendes teve a adesão de mais 10 famílias de agricultores rurais, perfazendo um total de 90 unidades familiares beneficiários. Ao longo do desenvolvimento do projeto os parceleiros assentados enfrentaram todos os tipos de problemas para a implantação de suas lavouras. É dado a conhecer alguns desses problemas como: atraso na liberação do crédito de adiantamento do Procefa para o 1º plantio; deficiências estruturais nos serviços de saúde, educação e na infraestrutura física e social necessária ao atendimento das famílias assentadas.

Sendo que atualmente existem 90 famílias assentadas no PA Chico Mendes, agrupadas em oito grupos, cada grupo contendo entre nove e quatorze famílias, associadas em uma associação, denominada Associação Agrícola Chico Mendes. Nessas áreas iniciaram o cultivo de lavouras de feijão, milho e arroz culturas consideradas próprias para a região.



CONCLUSÃO

A reforma agrária que os trabalhadores rurais em geral reivindicam não é a pulverização antieconômica da terra; é sim uma redistribuição da renda, de poder e de direitos. Em resumo, não desejam a mera distribuição de pequenos lotes, o que apenas os habitaria a continuarem sendo uma forma de barateamento de mão-de-obra para as grandes propriedades.

Mas almejam uma mudança na estrutura política e social no campo, sobre a qual se assenta o poder dos grandes proprietários de terras. A reforma agrária é para os trabalhadores rurais uma estratégia para romper o monopólio da terra e permitir que possam se apropriar um dia dos frutos do seu próprio trabalho. Para tal é necessário eliminar o latifúndio e incidir sobre a dominação parasitária da terra, desde o caso daqueles que deixam a terra inculca á espera de valorização imobiliária, até os que a utilizam para repassar recursos financeiros aos pequenos produtores rurais.

O problema fundamental aí, do ponto de vista dos trabalhadores rurais em particular, está em que as políticas agrícolas continuam orientadas de acordo com os interesses mais imediatos dos grandes capitais, em particular das indústrias e dos bancos. E o seu principal beneficiário na agricultura (e, portanto, o aliado desses setores) é o grande proprietário de terras, deixando os pequenos agricultores a sua própria sorte, sem condições necessárias para proporcionar o desenvolvimento sustentável por meio do cultivo a terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GALVÃO, Antonio Mesquita. **Reforma agrária: uma questão de vida**. Disponível em: <<http://www.pime.org.br/pimenet/missaojovem>>. Acesso em: 01 de Novembro de 2006.

INCRA. SIPRA - **Sistema de Informação dos Projetos de Reforma Agrária**. Incra, 2003.

MARTINS, José de Souza. **A Militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984. 134 p.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994. 174p.



SILVA, Jose Graziano. **O Que é Questão Agrária**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2001.

STÉDILE, João Pedro. **Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1998. 322p.

STÉDILE, João Pedro. **A questão Agrária no Brasil**: Programa de Reforma Agrária, 1946 – 2003. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2003.

STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil**. O Debate Tradicional: 1500 – 1960. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2005.



A AUDITORIA DE GESTÃO APLICADA À ADMINISTRAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO CHICO MENDES LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ICÓ - CEARÁ

Margemeire Figueiredo de Sousa⁹

Maria Maglinalda Figueiredo de Sousa¹⁰

Mirelly Figueiredo de Sousa¹¹

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade analisar como a gestão tem contribuído para o desenvolvimento sustentável no Projeto de Assentamento Chico Mendes incorporado ao projeto de Reforma Agrária. Avaliar se a estrutura organizacional do Projeto de Assentamento utiliza a gestão como ferramenta de desenvolvimento sustentável, verificar a cultura e o clima de interação dos assentados em conformidade com o planejamento de desenvolvimento do Assentamento.

Palavras-chave: Auditoria de Gestão; Gestão de Pessoas; Reforma Agrária.

ABSTRACT

The present article has as purpose to analyze as the management has contributed for the sustainable development in the Project of Chico Nesting incorporated Mendes to the project of the Agrarian Reformation. To evaluate if the organizational structure of the Project of Nesting use the management as tool of sustainable development, to verify the culture and the climate of interaction of the seated ones in compliance with the planning of development of the Nesting.

Word-key: Auditorship of Management; Management of People; The Agrarian Reformation.

⁹ Graduanda. Faculdade Vale do Salgado (FVS) merge.figueiredo@hotmail.com.

¹⁰ Graduanda. Faculdade Vale do Salgado (FVS) magli_fvs@hotmail.com

¹¹ Graduanda. Universidade Potiguar (UNP) leahfig@hotmail.com



INTRODUÇÃO

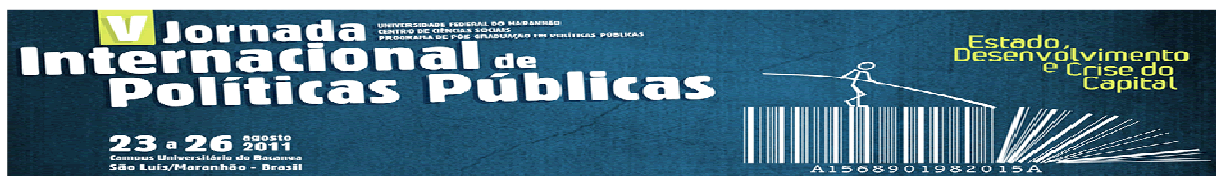
A sociedade moderna é uma sociedade de organizações e estas são sistemas extremamente complexos. Elas revelam-se compostas de atividades humanas em diversos níveis de análise. Personalidades, pequenos grupos, intergrupos, normas valores, atitudes, tudo isso existe sob um padrão complexo e multidimensional. Devido a este alto grau de complexidade acaba se tornando difícil a articulação das pessoas em prol de um objetivo comum, principalmente no tocante a administração de um projeto de assentamento rural.

Sobre estes aspectos surge a necessidade de avaliar a gestão dos órgãos, entidades e qualquer organização, papel a ser desempenhado sob a ótica da Auditoria de Gestão. Comprovadamente a Auditoria de Gestão pode dar uma grande contribuição para o gerenciamento da organização, oferecendo subsídios para a elaboração do planejamento estratégico, bem como avaliando a execução das ações implementadas a fim de atingir as metas estabelecidas pela alta administração da organização.

Para que um projeto atinja os resultados almejados faz-se necessário uma interação entre os colaboradores e a forma como a gestão conduz o processo desenvolvimento por meio da utilização eficaz dos recursos disponíveis para tal finalidade. É nesse contexto que as formas organizadas de gestão produtiva dos assentamentos rurais ganham destaque, despontando como alternativas para a viabilidade econômica dos mesmos.

1 AUDITORIA DE GESTÃO

Atualmente, no Brasil, fala-se muito a respeito de Auditoria de Gestão, afirmando-se que sua relevância é patente para a melhoria da gestão das organizações, mas o que se observa é uma distância muito grande entre o discurso e a prática. Fala-se muito, mas pouco se faz. Levando-se em consideração o quadro atual das organizações, evidencia-se uma ênfase na modernização dos modelos de gestão das instituições sejam elas privadas ou públicas, caracterizadas pela quebra de paradigmas tradicionais de como administrar. Sobre estes aspectos surge a necessidade de avaliar a gestão dos órgãos e entidades, papel a ser desempenhado sob a ótica da Auditoria de Gestão.



Comprovadamente a Auditoria de Gestão pode dar uma grande contribuição para o gerenciamento da organização, oferecendo subsídios para a elaboração do planejamento estratégico, bem como avaliando a execução das ações implementadas a fim de atingir as metas estabelecidas pela alta administração da organização. De acordo com CRESPALDI (2004, pág 24)

O objeto da auditoria é o conjunto de todos os elementos de controle do patrimônio administrado, os quais compreendem registros contábeis, papéis, documentos, fichas, arquivos e anotações que comprovem a legitimidade dos atos da administração, bem como sua sinceridade na defesa dos interesses patrimoniais.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o caput do art.70, que determina as regras da fiscalização, em seu parágrafo único, estabelece a obrigatoriedade da prestação de contas por parte dos administradores dos recursos públicos, portanto, fica evidente que a obrigação de prestar contas é inerente aos processos de governo no País. Por meio deste dispositivo constitucional, a Carta Magna enfatizou claramente o conceito norteador da responsabilidade no gerenciamento dos recursos públicos.

Ao longo dos anos a Auditoria sempre se preocupou com análise da regularidade dos atos administrativos, especialmente quanto à aplicação dos recursos públicos. A Auditoria relevava as práticas de confirmação e validação das peças financeiras preparadas pelos gestores públicos no cumprimento do dever de prestar contas. Portanto, como forma de complementar os exames de verificação das regularidades da administração, sob o ponto de vista da formalidade jurídica dos atos, avançou-se nas questões relacionadas à economia, eficiência e eficácia da gestão dos recursos. Esta abordagem passou a caracterizar a Auditoria Operacional. O Instituto dos Auditores Internos do Brasil – AUDIBRA define os objetivos da Auditoria Operacional, da seguinte maneira:

Tem como objetivo geral assessorar a administração no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades, avaliando se a organização, departamento, atividades, sistemas, funções, operações e programas auditados estão atingindo os objetivos organizacionais e gerenciais com eficiência, eficácia e economia na obtenção e utilização dos recursos (financeiros, materiais, humanos e tecnológicos), bem como em observância às leis e regulamentos aplicáveis e com a devida segurança.

Muito embora para avaliação dos programas, projetos, atividades ou operações dos órgãos públicos, as técnicas de Auditoria Operacional sejam bastantes adequadas e mais avançadas do que as técnicas da auditoria que visam a regularidade dos atos, têm sido pouco aplicada no âmbito governamental. Absorvendo um ponto de vista mais arrojado e somando-se às atuais mudanças das organizações governamentais, pode-se afirmar que o ambiente está propício



para a Auditoria de Gestão que é definida por Antônio de Loureiro Gil como sendo: “Revisão, avaliação, emissão de opinião de processos de resultados exercidos em linhas de negócios, produtos, serviços no horizonte temporal presente/futuro.”

De acordo com CRESPALDI (2004) alinhada com a metodologia do Gerenciamento pelas Diretrizes o conceito de Auditoria de Gestão compreende um exame sistemático e independente para avaliar o planejamento estratégico da organização, a fim de constatar se a diretriz organizacional foi definida com coerência garantindo o futuro da instituição, bem como avaliar o gerenciamento dos planos de ação, verificando sua execução, conforme o planejado e se o resultado alcançado proporcionou a consecução das metas estabelecidas. A definição supracitada enfatiza adequadamente o fato de que a Auditoria examina e avalia o processo de gerenciamento como um todo.

2 PROCEDIMENTO METODOLOGICO

A pesquisa pretende analisar como a gestão tem contribuído para o desenvolvimento sustentável no Projeto de Assentamento Chico Mendes incorporado ao projeto de Reforma Agrária, interpretando suas falhas, os seus sucessos para que assim possa propor novos modelos, além de buscar as causas dos possíveis insucessos. Por esses motivos, o tipo de pesquisa a ser utilizado quanto à forma de abordagem do problema será qualitativo, já que não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas.

Do ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa será do tipo exploratória, já que é necessária a busca de informações sobre o problema, tanto com bibliografias quanto com pessoas que possuem contato com o problema a ser pesquisado. "As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas na formulação de problemas mais precisos" (GIL, 1994, p. 44).

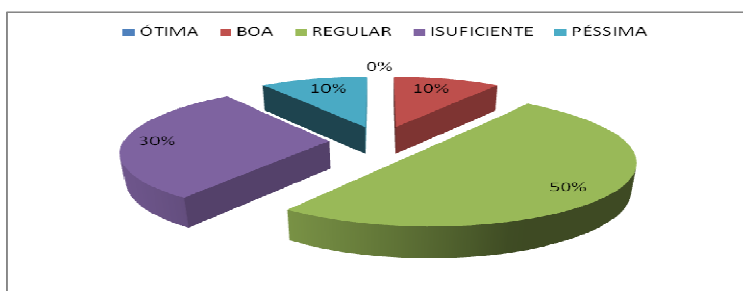
Cervo *et al* (1983) diz que na pesquisa descritiva são feitas a observação, a análise e a correlação dos fatos sem manipulá-los e sem que o pesquisador interfira nos resultados. Assim, o tipo descritivo também se encaixará na pesquisa, pois serão descritas as informações sobre o setor, os métodos utilizados, os métodos existentes, utilizando para isso a observação sistemática.

3 ANALISE DOS RESULTADOS

Os dados e informações necessárias decorrentes das entrevistas e da pesquisa documental foram analisados qualitativamente sob a forma descritiva-interpretativa, (onde se apresentam e se interpretam os dados) e de quadro final de análise. Godoy (1995) sugere esta como uma forma adequada para analisar os dados coletados por considerar que todos os pontos de vista são importantes, merecendo serem examinados para a compreensão do fenômeno estudado, na sua complexidade.

GRAFICO I - Direção do Assentamento

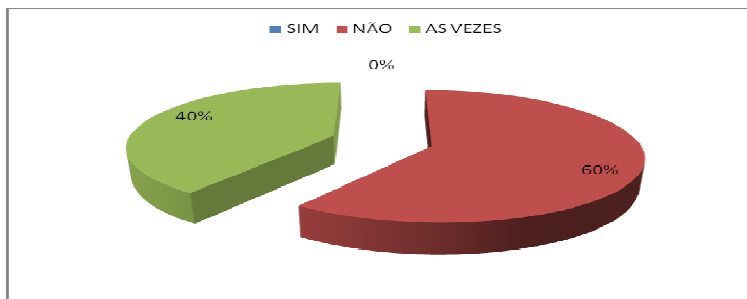
Foi pesquisado junto aos assentados como eles avaliavam a direção do Projeto de Assentamento Chico Mendes, sendo que os mesmos consideram como regular e insuficiente o atual modelo de gestão empregada pela direção do Assentamento, como mostra a grafico a seguir.



Esta reprovação da direção torna-se preocupante mediante a sua representatividade junto as assentados e até mesmo como ocorre este processo de eleição da composição desta representatividade.

GRAFICO II - Confiança nas Decisões da Direção

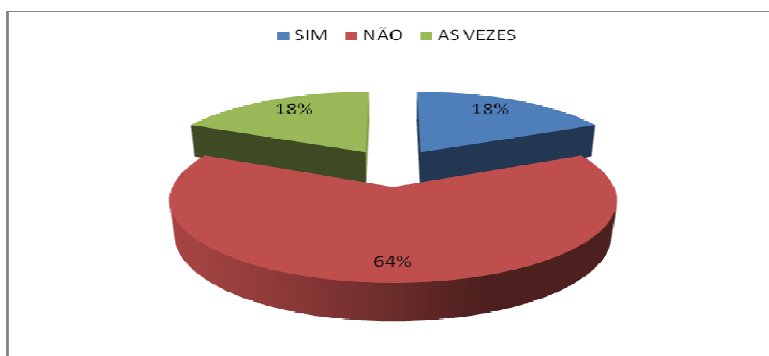
A questão imposta aos assentados foi se eles confiavam nas decisões tomadas pela direção do Assentamento como sendo as melhores para o bem coletivo. Onde a maioria dos assentados afirma que a direção do Assentamento não toma as decisões em busca do bem coletivo, ou quando às vezes as toma é porque também vão se beneficiar dessas decisões.



É bastante preocupante a falta de confiança na gestão do assentamento, pois a confiança é a pedra mestre de um processo de gestão, principalmente se tratando de gestão de pessoas, como uma direção vai gerir um projeto de Assentamento, baseada na gestão coletiva se os assentados não têm confiança nesta gestão.

GRAFICO III - **Transparência da Gestão**

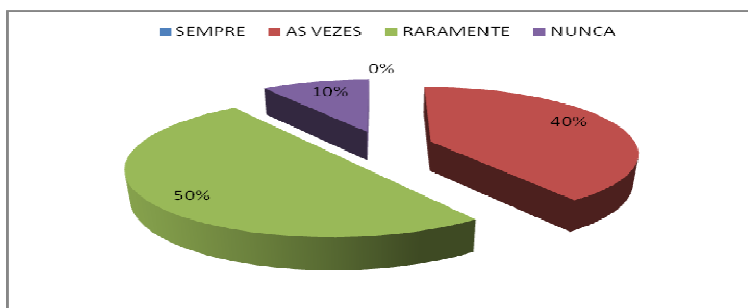
Foi perguntado aos assentados se eles consideravam transparente a gestão do Assentamento Chico Mendes. Ficando claro pela maioria dos assentados que a direção não utiliza uma gestão transparente de suas ações e procedimentos administrativos.



O fato de uma falta de gestão transparente a conhecimento dos assentados é o que pode ocasionar esta falta de confiança por parte dos assentados em relação a direção do assentamento.

GRAFICO IV - **Prestação de Contas pela Gestão do Assentamento**

O anunciado da questão aos assentados foi se a gestão presta conta das atividades e procedimentos desenvolvidos no Assentamento. Para os assentados estas prestações de conta quando acontece é superficialmente, um faz de contas, onde não se explica nada e ninguém entende nada.



Sendo que de acordo com as normas do Projeto de Assentamento Chico Mendes a Coordenação como é chamada a direção do Assentamento deve prestar contas de todas as atividades desenvolvidas no assentamento. Contudo para os assentados estas prestações acontecem de forma que não se tem conhecimento claro dos procedimentos e nunca batem as entradas com as saídas e o dinheiro sempre desaparece sem se saber ao certo no que realmente foi empregado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Precisa-se criar um modelo de Reforma Agrária que abra diálogo com as diversidades e potencialidades de cada região do país, buscando inserir as famílias assentadas num contexto de sustentabilidade econômica e desenvolvimento territorial. De modo que ao atuarem conjuntamente numa estratégia de produção e comercialização, as famílias assentadas terão maior capacidade produtiva e força de inserção no mercado. Isso prevê estudos de mercado e apoio logístico à produção do setor para definir as melhores culturas, bem como o modelo tecnológico capaz de garantir maior valor agregado à produção dos assentamentos. Os Estados e municípios também têm papel importante, como implementadores de estruturas de assistência técnica, crédito, comercialização e beneficiamento da produção das famílias assentadas.

O P.A Chico Mendes não se encontra em estágio de desenvolvimento maior devido à falta de políticas públicas eficazes bem as políticas de pessoas e de gestão que vem sendo utilizadas, ficando visível o descaso e a indiferença governamental e a falta de preparo da gestão do assentamento em todos os seus âmbitos. Torna-se possível compreender que uma estratégia política de desenvolvimento regional não pode se ater somente em ações de cunho ortodoxo, como linhas de créditos, incentivos fiscais ou de investimentos na formação bruta de capital



fixo. Ela deve também procurar manter e ampliar o estoque de capital social em sua comunidade, fortalecendo a auto-organização social, estimulando a prática de soluções colaborativas para problemas comuns e promovendo a participação e a abertura ao diálogo com os diversos integrantes das comunidades regionais.

Quanto às regras que orientam as ações do assentamento, convém salientar que além das normas e instruções internas vigentes do INCRA, que norteiam as relações entre este e os assentados, mediante contrato firmado entre ambos, existe ainda o estatuto interno da associação que regula as relações entre os assentados. Lançar as bases de um P.A auto-sustentável com dinamismo que se reflita na elevação da qualidade de vida das famílias é uma meta possível. Investir em educação dos filhos dos assentados é investir no futuro da Comunidade. Assim é essencial, que os poderes públicos, ao canalizarem recursos para criação de Projetos de Assentamentos, posam investir, sobretudo na formação de comunidades voltadas à colaboração e a participação. Comunidades compostas por indivíduos que entendam a importância do trabalho em conjunto e do civismo, abertos à mudança e preparados para criar e inovar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de pessoas*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CAMPOS, Vicente Falconi. *Gerenciamento pelas Diretrizes (Hoshin Kanri)*. Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni.

CAMPOS, Vicente Falconi. *Qualidade: Gerenciamento da Rotina do Trabalho do Dia-a-dia*. 3ª. ed. Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni.

CAMPOS, Vicente Falconi. *TCQ: Controle da Qualidade Total (no estilo japonês)*. 4ª. ed.

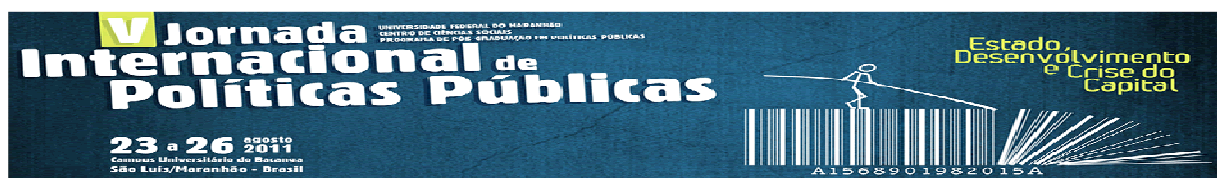
CREPALDI, Aparecido Silvio. *Auditoria Contábil: Teoria e Prática*. 3ª. Ed. Editora Atlas. São Paulo, 2004.

INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL. *Normas Brasileiras para o Exercício da Auditoria Interna*. 2 ed. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro.



INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL. Procedimentos de Auditoria Interna: organização básica da auditoria interna. São Paulo: Biblioteca Técnica.

JUND, Sérgio. Auditoria: Conceitos, normas, técnicas e procediemntos. 9 Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.



A GESTÃO DE PESSOAS COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PROJETO DE ASSENTAMENTO CHICO MENDES LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ICÓ - CEARÁ

Margemeire Figueiredo de Sousa¹²

Maria Maglinalda Figueiredo de Sousa¹³

Mirelly Figueiredo de Sousa¹⁴

RESUMO

Este artigo busca analisar a importância da Gestão de Pessoas como ferramenta de desenvolvimento sustentável no Projeto de Assentamento Rural Chico Mendes, uma vez que o capital humano se constitui elemento ativo na construção e transformação da realidade social a qual estão inseridos. Os resultados demonstram que a atual administração deverá buscar novos modelos de gestão administrativas para que possa haver um alinhamento de objetivos com os parâmetros propostos pelo programa, pois são claras as dificuldades pelo qual passa o modelo proposto no tocante a melhorias na qualidade de vida aos beneficiários do programa.

Palavras-chave: Reforma Agrária - Desenvolvimento Sustentável - Gestão de Pessoas

ABSTRACT

This article searches to analyze the importance of the Management of People as tool of sustainable development in the Project of Agricultural Nesting Chico Mendes, a time that the human capital if constitutes active element in the construction and transformation of the social reality which are inserted. The results demonstrate that the current administration will have to search new models of management administrative so that she can have an alignment of objectives with the parameters considered for the program, therefore is clear the difficulties for which she passes the model considered in regards to improvements in the quality of life to the beneficiaries of the program.

Word-key: The Agrarian Reformation - Sustainable Development - Management of People

¹² Graduanda. Faculdade Vale do Salgado (FVS) merge.figueiredo@hotmail.com.

¹³ Graduanda. Faculdade Vale do Salgado (FVS) magli_fvs@hotmail.com

¹⁴ Graduanda. Universidade Potiguar (UNP) leahfig@hotmail.com



INTRODUÇÃO

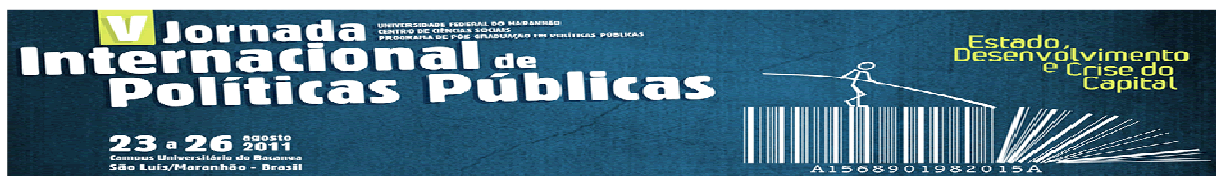
A reforma agrária é o principal instrumento político para a ruptura com este modelo de desenvolvimento excludente e reproduzidor do poder das oligarquias. Democratizar a propriedade da terra impulsiona e condiciona a democratização do poder político, econômico e social no campo. Mas, a reforma agrária só terá sustentabilidade econômica e social se estiver inserida num contexto de políticas globais de valorização e ampliação do papel estratégico da agricultura em regime de economia familiar para o desenvolvimento do país.

A necessidade de uma reforma agrária ampla e participativa se afirma com mais força do que nunca no atual momento conjuntural brasileiro. Estamos vivendo um enorme desafio: estimular a esperança da população, superando o medo e as sombrias perspectivas dos arautos oficiais da economia mundial. A Reforma Agrária, como política de inclusão social, pode cumprir um papel estratégico para a implantação de um projeto de desenvolvimento sustentável, na medida em que este projeto aponte para a democratização da propriedade da terra, geração de postos de trabalho, redução dos índices de violência no campo e fortalecimento da agricultura familiar.

Dentro deste contexto se fundamenta a importância do papel da Gestão de Pessoas como ferramenta propulsora deste desenvolvimento, uma vez que toda e qualquer ação passa a ser desenvolvida por pessoas e para pessoas. Precisa-se criar um modelo de reforma agrária que abra diálogo com as diversidades e potencialidades de cada região do país, buscando inserir as famílias assentadas num contexto de sustentabilidade econômica e desenvolvimento territorial. De modo que ao atuarem conjuntamente numa estratégia de produção e comercialização, as famílias assentadas terão maior capacidade produtiva e força de inserção no mercado.

1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A noção de desenvolvimento sustentável vem sendo utilizada como portadora de um novo projeto para a sociedade, capaz de garantir, no presente e no futuro, a sobrevivência dos grupos sociais e da natureza. A noção do desenvolvimento sustentável tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da "insustentabilidade" ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Esta noção nasce da compreensão dos recursos naturais escassos e das injustiças provocadas pelo



modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países. Neste sentido, destaca-se que um dos passos mais importantes para se atingir a sociedade sustentável é a prática de agricultura sustentável.

Rosa (2003) conclui que o desenvolvimento local sustentável constitui uma estratégia de redefinição do desenvolvimento rural. O desenvolvimento local sustentável, compreendido como um espaço dinâmico de ações locais, bem sucedidas, determinadas por metodologias de descentralização e pela participação comunitária, é que constrói as bases para o desenvolvimento rural efetivo. Na mesma medida, o agricultor familiar é colocado como o sujeito histórico do processo.

De acordo com Veiga (1998), a sustentabilidade da reforma agrária está também concentrada na exigência da permanência de seus resultados. Ao decidir sobre cada projeto, devem os seus participantes, sejam eles membros do governo, sejam outras entidades, se perguntarem sobre o que tornara este projeto eficaz, eficiente e de efeitos duradouros. Em outras palavras, que ele seja capaz de continuar gerando resultados e sustentando aquelas famílias ou seus descendentes ao longo do tempo. Duas dimensões são muito importantes neste contexto.

Primeiro, a sustentabilidade dos resultados: como assegurar que as famílias terão os incentivos certos para cultivar a terra de forma produtiva, esforçando-se para dela retirar a renda de que necessita para viver e prosperar; que tipo de sistema de produção; de inserção no mercado, de subsistência. Segundo, a sustentabilidade ambiental: como utilizar os recursos de solo, água e vegetação de forma que produtiva a terra permaneça ao longo do tempo, evitando à erosão, a degradação, a desertificação, a exaustão das fontes de água, o desmatamento desnecessário. Na prática, cada projeto de reforma agrária deveria introduzir um elemento de sustentabilidade, incluindo também a educação ambiental das famílias.

2 GESTÃO DE PESSOAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS

A Gestão de Pessoas vem passando por um amplo processo de transformação, na medida em que os sistemas tradicionalmente utilizados como referencial - centrados em cargos - vem demonstrando fragilidades diante do ambiente turbulento e mutável pelo qual vem passando as organizações. No contexto em que mudanças ocorrem a todo o momento, a organização precisa estar alinhada em torno de definições estratégicas claras, sustentadas por uma gestão com amplo envolvimento e participação.



A melhor maneira de trabalhar a gestão de pessoas dentro de um Projeto de Assentamento Rural é sobre a abordagem da Gestão Participativa, por se tratar de um modelo que estimula a participação de todos os beneficiários envolvidos no processo produtivo, a substituição dos estilos tradicionais de administrar pessoas pela cooperação mútua traz a tona conceitos como: informar, envolver, delegar, consultar e perguntar, tornando-se, por si mesma, uma ferramenta de motivação.

Planejar e desenvolver projetos e parcerias sociais com o objetivo de dar continuidade a sustentabilidade, não apenas no âmbito de um projeto de assentamento rural, mas também do meio ambiente e toda comunidade no entorno envolvida, têm sido um desafio, bem como a motivação dos indivíduos para argumentar sobre suas reais necessidades. Robbins (2005, p.188) afirma que: “A principal característica comum a todos os programas de Gestão Participativa é a utilização do processo decisório coletivo. Isto quer dizer que os subordinados realmente compartilham um grau significativo de poder decisório com seus gestores imediatos”.

Com a Gestão Participativa ocorre o fim da relação dominante versus dominado, que predominou dentro das organizações por muitos e muitos séculos. No processo participativo é possível aprender, modificar, aperfeiçoar, evoluir, pensar e agir - coletivamente ou não. Assim, surge a inovação, a engenhosidade, a pró-atividade, fazendo com que os objetivos comuns, que interessam a todos, se sobrepõem aos interesses individuais. Os relacionamentos se fortalecem e o espírito de cooperação torna-se imperioso. Tudo isso decorre da gestão participativa, do engajamento de todos. A administração participativa, de maneira abrangente, pode ser definida como a valorização da participação das pessoas no processo de tomada de decisão e solução de problemas. Segundo Maximiano (1995,p.19-20):

A administração participativa é uma filosofia de administração de pessoas que valoriza a sua capacidade de tomar decisão e resolver problemas. Ela aprimora a satisfação e motivação para o trabalho contribuindo para o melhor desempenho e competitividade das organizações.

Em se tratando de um Projeto de Assentamento Rural a implementação de políticas públicas requer o desenvolvimento de capacidades nos dirigentes encarregados de traduzir os princípios e diretrizes emanados dos órgãos centrais, possibilitando assim sua adequação às necessidades, expectativas, potencialidades, facilitadores e dificultadores que caracterizam um dado cenário institucional dentro deste projeto.

3 PROCEDIMENTO METODOLOGICO

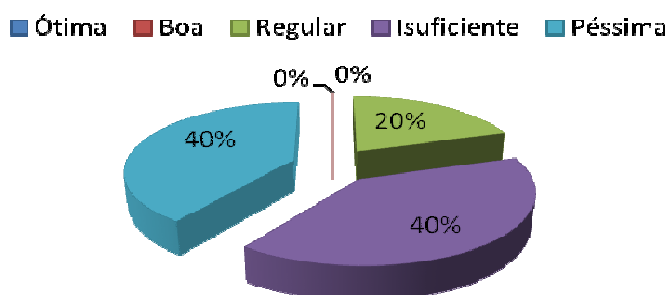
A coleta de dados foi realizada em fontes primárias (via observação, pesquisa documental e questionário) e em fontes secundárias (pesquisa bibliográfica). As fontes primárias são aquelas que possuem relação direta com a realidade. Os dados secundários foram obtidos através de pesquisas bibliográficas como, livros, revistas, artigos vinculados em periódicos especializados, relatórios de pesquisas na área, consulta a Internet.

3.1 Análise dos Resultados

Os dados e informações necessárias decorrentes das entrevistas e da pesquisa documental foram analisados qualitativamente sob a forma descritiva-interpretativa, (onde se apresentam e se interpretam os dados) e de quadro final de análise. Godoy (1995) sugere esta como uma forma adequada para analisar os dados coletados por considerar que todos os pontos de vista são importantes, merecendo serem examinados para a compreensão do fenômeno estudado, na sua complexidade.

GRAFICO I - Clima entre Dirigentes do Assentamento e Assentados

Neste item foi abordado como os assentados consideravam o clima entre os dirigentes do Assentamento e os assentados. Este clima de relacionamento ficou evidente no decorrer da pesquisa como também se demonstrou estatisticamente sendo considerado entre insuficiente e péssimo.

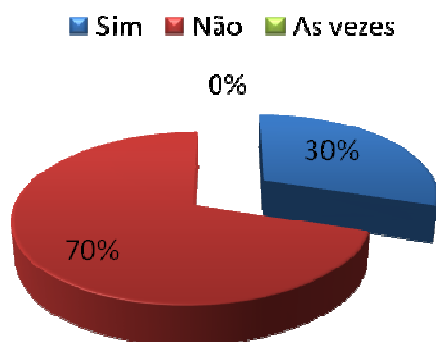


O clima predominante do assentamento é de individualismo, principalmente quando referenciada a direção do assentamento, os assentados afirmam que a direção se relaciona

bem apenas com alguns assentados que os apóiam nas decisões tomadas pela direção, ou seja, aqueles que não questionam suas atitudes e procedimentos.

GRAFICO II - Capacidade da Direção na Tomada de Decisão

A questão levantada foi a opinião do assentado em relação a preparação da direção para tomar decisões em nome dos assentados. E observou-se que apenas a minora acha a direção preparada para tomar as decisões em nome dos assentados.

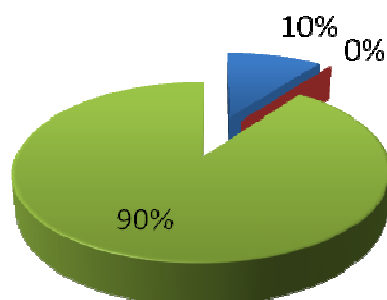


A maioria prefere participar do processo de decisão, pois a seu ver a direção não estar preparada para tomar as decisões em nome de todos, ou porque não confiam na tomada de decisão pelos dirigentes como sendo as melhores para o bem coletivo.

GRAFICO III - Tipo de Gestão

Com relação ao tipo de gestão foi solicitado que eles definissem o tipo de gestão empregada no Assentamento se Participativa, onde todos participavam das decisões; Autoritária, onde apenas a direção decide e repassa a decisão ou Democrática, onde todos davam sugestões. Sendo que a maioria quase absoluta informou que a direção utiliza a gestão autoritária, onde apenas a direção toma as decisões e depois devem ser acatadas pelos demais assentados, às vezes colocam em discussão, mais sempre acontece como a direção planeja.

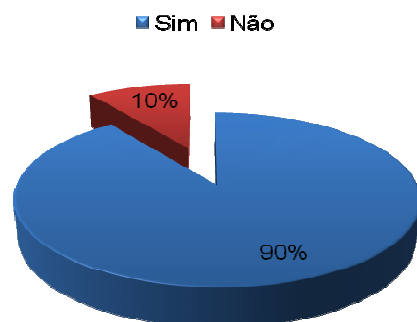
■ Democrática ■ Participativa ■ Autoritária



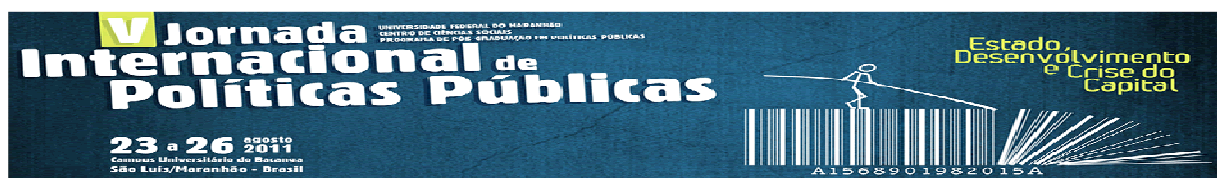
Sendo que no caso de gestão de assentamento por se tratar de uma gestão coletiva o mais indicado seria a utilização da gestão participativa. Contudo segundo os assentados esta é uma forma de centralizar o poder e as decisões no tocante ao processo administrativo do Assentamento Chico Mendes.

GRAFICO IV - USO DOS CARGOS PELA DIREÇÃO PARA BENEFICIO PRÓPRIO

Foi posto a indagação aos assentados se a direção já usou dos cargos para benefícios próprios. A maioria afirma que isto tem acontecido no assentamento, esta influencia tem acontecido em negociações relativas a beneficiamentos de projetos federais ao assentamento ocorrendo no processo de contratação e licitação.



A maioria dos assentados denunciam a direção para se utilizarem dos cargos para se beneficiarem e trocarem favores a seu interesse. E isto é amplamente divulgado no projeto de assentamento e tem gerado discursões principalmente nas assembléias, que é o momento



onde se reúnem todos os assentados para deliberarem sobre os procedimentos administrativos do assentamento.

CONCLUSÃO

Neste contexto de Reforma Agrária a Gestão de Pessoas a obtenção da terra é item relativamente fácil, quando comparado ao grande desafio que se tornam as ações posteriores, principalmente aquelas que envolvem as inter-relações com a comunidade visando o seu desenvolvimento.

A gestão do Assentamento deverá implementar uma administração participativa e transparente, onde todos os assentados possam contribuir com o processo de desenvolvimento de atividades que venham a contribuir com o seu processo de crescimento organizacional. O processo informações relacionadas a ações a serem desenvolvidas em conformidade com as atividades devem ser claras e de acordo com o nível de conhecimento dos seus colaboradores, a fim de se evitar distorções no fluxo da comunicação entre direção e assentado.

A liderança do Assentamento deverá passar por um processo de capacitação em gestão de pessoas e em gestão de assentamentos rurais, para que possam tomar conhecimento de procedimentos básicos de liderança e gestão, como também um curso sobre cooperativismo e associativismo. Buscar trabalhar os aspectos da coletividade e gestão de bens públicos e coletivos. Pois atualmente a direção demonstra total despreparo em desenvolvimento de ações, atividades coletivas e zelo pelo bem da comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

AGENDA 21 Brasileira. **Agricultura Sustentável**. Disponível em: <<http://www.meioambiente.gov.br/port/agend21/html>>. Acesso em: 01 de novembro de 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos: O Capital Humano das Organizações**. 8º ed. São Paulo: Atlas, 2006



GODOY, Arilda S. **Pesquisa Qualitativa**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n.º 3, p. 20-29, 1995.

MULLER, Geraldo. **Estado, estrutura agrária e população**: ensaio sobre a estagnação e incorporação regional. Petrópolis: Vozes, 1980. 141p.

TAFFAREL, Aline Fernanda. **Da Evolução da Propriedade e do Uso da Terra no Brasil até os Assentamentos Rurais**. 2001. Monografia. Faculdade de Economia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

VEIGA, José Eli. **Diretrizes para uma Nova Política Agrária**. Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Fortaleza – Ceará - 1998



O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS POR MEIO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE ICÓ CEARÁ.

Ana Beatriz Lima Monteiro Nunes¹⁵

Margemeire Figueiredo de Sousa¹⁶

Maria Maglinalda Figueiredo de Sousa¹⁷

Mirelly Figueiredo de Sousa¹⁸

RESUMO

Este artigo busca analisar o papel do Assistente Social na efetivação das políticas públicas no âmbito da Assistência, tendo como base o trabalho do assistente social e suas intervenções na sociedade como forma de amenizar as questões relacionadas à vulnerabilidade social e a relação e condições de trabalhos ofertados ao profissional da efetivação de sua prática profissional.

Palavras Chaves: Assistente Social - Políticas Públicas - Papel do Assistente Social

ABSTRACT

This article explores the role of the Social Worker in the effectiveness of public policies within the Service, based on the work of social worker and its interventions in society as a way to mitigate the issues related to vulnerability and social relationship and working conditions offered to professional execution of their professional practice.

Keywords: Social Assistant – Public Policy – Social Role of Assistant

INTRODUÇÃO

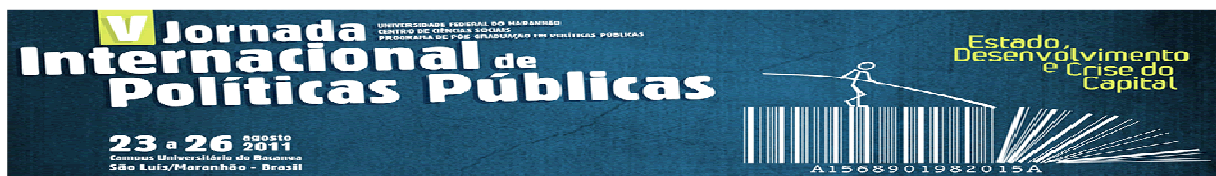
O Brasil vive um tempo de afirmação das políticas públicas, com a adoção de sistemas institucionais que apresentam, nos últimos anos, níveis crescentes de integração, envolvendo as três esferas de governo – a União, os Estados e os Municípios – e de democratização, com o fortalecimento do controle social, através das conferências, dos conselhos e da participação

¹⁵ Graduanda. Faculdade Vale do Salgado (FVS) beatriz_beatriz01@hotmail.com

¹⁶ Graduanda. Faculdade Vale do Salgado (FVS) merge.figueiredo@hotmail.com.

¹⁷ Graduanda. Faculdade Vale do Salgado (FVS) magli_fvs@hotmail.com

¹⁸ Graduanda. Universidade Potiguar (UNP) leahfig@hotmail.com



popular direta. Esses arranjos institucionais têm possibilitado a universalização de direitos fundamentais à saúde, à educação, à seguridade social.

Dentro desta nova conjuntura das Políticas Públicas o papel do assistente social ganha destaque como elemento essencial na efetivação e implementação dessas políticas. Vale ressaltar, que a intervenção profissional aqui abordada, supõe enfrentar e superar duas grandes tendências presentes hoje no âmbito dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS.

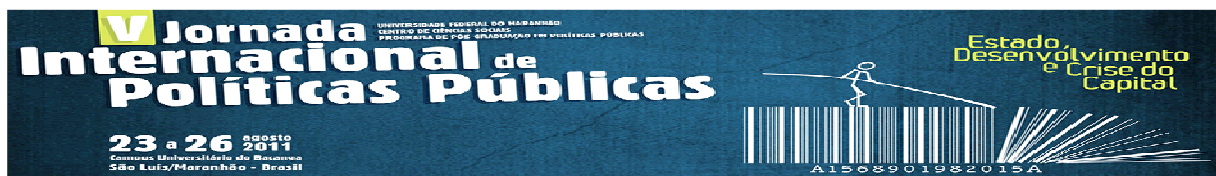
Primeiro – a de restringir a atuação aos atendimentos emergenciais, a indivíduos, grupos ou famílias, caracterizando o CRAS a um plantão de emergências, ou de serviço de registro e controle das famílias para o acesso a benefícios de transferência de renda. Segundo – a de estabelecer relação entre o público e o privado, atribuindo ao poder público apenas o repasse de recursos a organizações que assumirão a execução direta dos serviços sócio-assistenciais, essa relação implica transformar o profissional em mero fiscalizador das ações realizadas por ONGs, perdendo a potencialidade enquanto formulador, e gestor público da Política de Assistência Social.

1 O TRABALHO E O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL DENTRO DESTA NOVA CONCEPÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

A relação dinâmica entre conjuntura nacional, políticas sociais, instituições de bem-estar social, serviço social e setores da população com os quais se trabalha precisa ser levada em conta para o exercício profissional. Isto significa no reconhecimento de que a problemática social necessita ser considerada no contexto dos processos econômicos e políticos vigentes. É no mundo da produção capitalista que está à fonte criadora da riqueza social e da construção dos sujeitos sociais. Assim desvendar a prática profissional do assistente social faz-se necessário inseri-la no contexto das relações sociais fundamentais da sociedade. De acordo com lamamoto (2007) p.151:

A profissão tem olhado menos para sociedade e mais para o Estado. A hipótese é a de que as reflexões sobre o nosso fazer profissional tem priorizado a análise da intervenção do estado, via políticas sociais públicas, e daí extraído os seus efeitos na sociedade. Sendo a compreensão das políticas sociais requisito fundamental para a ação profissional.

Diante da diversidade de programas sociais o assistente social como peça fundamental na implementação dessas políticas esta se voltando suas ações para figura do Estado, isto ocorre



mediante as diretrizes dos programas que cobra do assistente social atividades técnicas e muitas vezes cobram resultados imediatos sobrecarregando o profissional, que por sua vez deixa de exercer seu principal papel o de agente interventores da realidade social dos beneficiários das políticas sociais.

Os profissionais da Assistência Social necessitam ter clareza, considerando as condições específicas do que produzem com o seu trabalho, decifrando o que lhe é de competência no seu cotidiano. Importa deixar claro que viver o Serviço Social não resulta, automaticamente, em dar conta de suas explicações, da mesma forma que existe uma ampliação de uma autoconsciência dos profissionais quanto ao seu trabalho, permitindo ultrapassar aquela visão isolada da prática do assistente social como atividade isolada e individual do sujeito, ampliando sua apreensão para um conjunto de determinantes que junto ao profissional interferem na configuração social desse trabalho.

A prática profissional é profundamente condicionada pelas relações entre o Estado e a Sociedade, ou seja, pelas relações entre as classes na sociedade, comprovando seu antagonismo, tendo o Serviço Social como fruto de uma evolução interna e autônoma das formas de proteção e de apoio social.

2 O ASSISTENTE SOCIAL NA EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Assistência Social como política de proteção social configura-se como uma nova situação para o Brasil. Ela significa garantir a todos que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. Essa perspectiva significaria apontar quem, quantos, quais e onde estão os brasileiros demandatários de serviços e atenções de assistência social. Numa nova situação, não dispõe de imediato e pronto a análise de sua incidência. A opção que se construiu para exame da política de assistência social na realidade brasileira parte então da defesa de um certo modo de olhar e quantificar a realidade.

Tudo isso significa que a situação atual para a construção da política pública de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família. A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem. A nova concepção de assistência social como direito à proteção social, direito à seguridade social, tem duplo efeito: o de suprir sob dado



padrão pré-definido um recebimento e o de desenvolver capacidades para maior autonomia. Neste sentido ela é aliada ao desenvolvimento humano e social e não tuteladora ou assistencialista, ou ainda, tão só provedora de necessidades ou vulnerabilidades sociais.

De acordo com lamamoto (2007) a municipalização das políticas publicas vem abrangendo o mercado de trabalho do profissional de assistência social, onde o mesmo passa a agir neste contexto como gerenciador das políticas sociais, propiciando a ampliação do trabalho profissional. Todas as atribuições e competências dos assistentes sociais, tanto na Assistência Social, como nas demais áreas e espaços sócio-ocupacionais, são orientadas pelo Código de Ética e Lei de Regulamentação da profissão, onde são estipulados legalmente no artigo 2º do Código de Ética que estipula os direitos dos assistentes sociais, e no artigo 3º onde são previstos também os deveres desse profissional nesse mesmo disposto, e ainda para a sua atuação na Assistência Social esse profissional deve se afastar de abordagens tradicionais, funcionalistas e pragmáticas que reforcem práticas conservadoras.

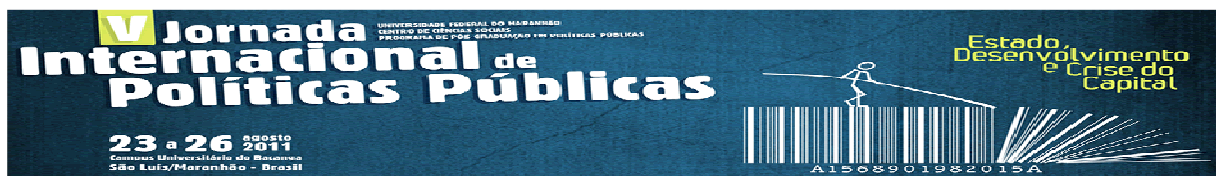
Assim, o reconhecimento da questão social como objeto de intervenção social, exige a atuação de um profissional com leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no Estado e na sociedade civil, que incentive e fortaleça as lutas e organizações dos trabalhadores e a formulação de estratégias que viabilizem a garantia e ampliação dos direitos. De acordo com lamamoto (2007) p. 97:

Suas atividades dependem da competência na leitura e acompanhamento dos processos sociais, assim como no estabelecimento de relações e vínculos sociais com os sujeitos sociais junto aos quais atua.

Contudo, as competências e atribuições dos assistentes sociais requisitam um profissional com fundamentação e compreensão do contexto sócio-histórico, das relações sociais, dos movimentos históricos, da profissão, identificação das demandas e possíveis soluções, análise de várias dimensões como: estudo, pesquisa, intervenção, profissão, demanda para atuação, gerenciamento, planejamento e execução, assessoria, formulação e a execução dos programas, entre outros.

4 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A pesquisa pretende analisar a importância o trabalho do Assistente Social na efetivação das políticas publicas tendo como base as reais condições de trabalho ofertada pelas entidades publicas para o atendimento das demandas existentes, interpretando suas falhas, os seus

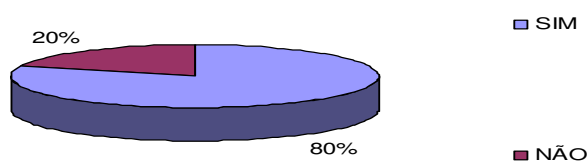


sucessos para que assim possa propor novos modelos, além de buscar as causas dos possíveis insucessos. Por esses motivos, o tipo de pesquisa a ser utilizado quanto à forma de abordagem do problema será qualitativo, já que não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. Do ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa será do tipo exploratória, já que é necessária a busca de informações sobre o problema, tanto com bibliografias quanto com pessoas que possuem contato com o problema a ser pesquisado. "As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas na formulação de problemas mais precisos" (GIL, 1994, p. 44).

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados e informações necessárias decorrentes das entrevistas e da pesquisa documental foram analisados qualitativamente sob a forma descritiva - interpretativa, (onde se apresentam e se interpretam os dados) e de quadro final de análise. Godoy (1995) sugere esta como uma forma adequada para analisar os dados coletados por considerar que todos os pontos de vista são importantes, merecendo serem examinados para a compreensão do fenômeno estudado, na sua complexidade.

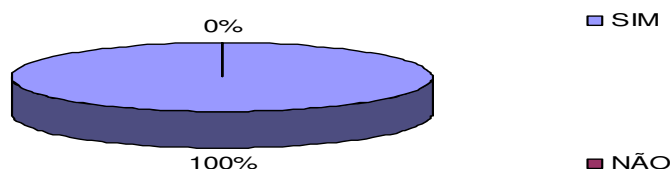
GRAFICO I – Condições Básicas para o Exercício da Prática Profissional



Como observamos 80% das profissionais que trabalham na assistência, especificamente nos centros de Referência da Assistência Social concordaram que o profissional tem recebido algumas condições básicas para efetuar seu trabalho, como uma estrutura física, uma secretaria organizada, equipamentos, um quadro técnico interdisciplinar. Porém 20% dessas profissionais afirmam que ainda deve se investir mais nesse campo, pois às vezes faltam recursos físicos e de loja como um transporte para fazer as visitas, acompanhamentos e

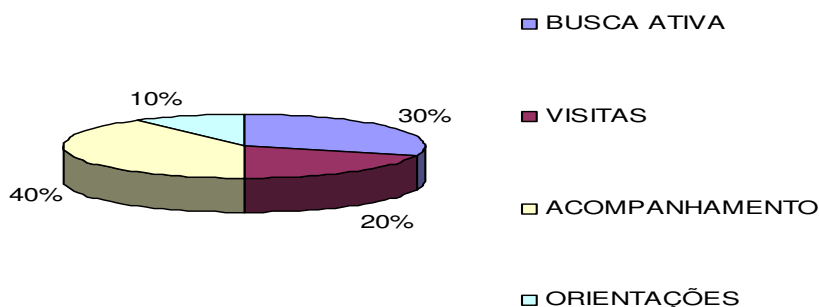
realizar atendimentos em locais mais afastados. A falta de intersetorialidade tem dificultado a efetivação das políticas da assistência, sendo que esta está intrinsecamente relacionada a outras políticas sociais como a saúde e educação.

GRAFICO II – O Assistente Social e sua contribuição para uma nova concepção de realidade do usuário.



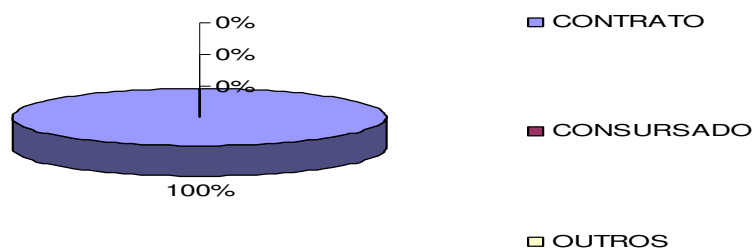
Neste item 100% dos profissionais entrevistado afirmam que o assistente social tem contribuído para a efetivação das políticas públicas, em que o mesmo tem o papel primordial de planejar, implementar e executar as ações a fim de garantir o acesso dos usuários nas políticas sociais. Os trabalhos são desenvolvidos de acordo com as diretrizes dos programas sociais tendo como objetivo proporcionar um novo direcionamento do entender a realidade sociais a qual os beneficiários estão inseridos, como também dá suporte a modificação e construção de uma nova realidade.

GRAFICO III - Estratégias de ações utilizadas na efetivação dos programas sociais



Como se observa as principais estratégias utilizadas pelos profissionais dos CRAS são a busca ativa, em que o profissional procura se inteirar dos problemas dos usuários das políticas da assistência, as visitas e acompanhamentos as famílias que se encontram em vulnerabilidade social, o contato direto do assistente social com usuário, as orientações, os grupos sócio-educativos que visam capacitar jovens para que estes possam se profissionalizar de forma a consiga extrair sua renda e consequentemente se integrar a sociedade.

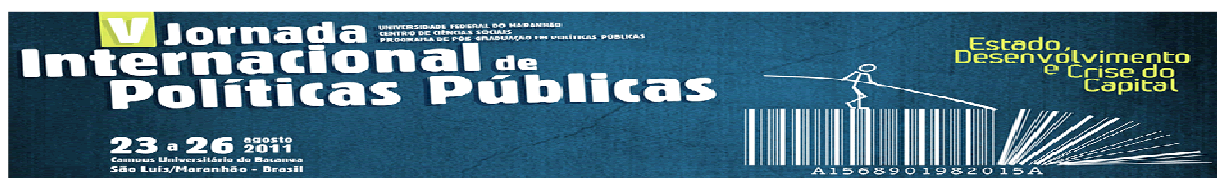
GRAFICO IV - Vínculo Empregatício com o Município



Neste tópico 100% dos profissionais respondem que são contratadas pelo município, mas que pretendem prestar concursos para ter uma segurança maior em relação ao emprego e ressaltando que os concursos públicos voltados para a área da assistência são escassos. Esta realidade é condizente com a realidade do país, pois sabe-se que hoje que o maior campo de trabalho dos assistentes sociais são os órgãos governamentais e que estes vínculos são geridos por contratos temporários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante de tudo que foi exposto conclui-se que com o desenvolvimento das políticas públicas, o assistente social passou a ser o elemento essencial na implementação dessas políticas, principalmente no âmbito governamental. Contudo mediante toda essa valorização da questão social o papel do assistente social ainda ficou estagnado no tempo se levamos em consideração a questão da valorização profissional. Com intuito de garantir melhores condições de trabalho em 2005 foi institucionalizado a NOB RH, porém não foi o bastante para que na



prática essa valorização acontecesse, os profissionais ainda continuam a trabalhar sem as mínimas condições e estruturação adequada dos equipamentos públicos seja no âmbito municipal ou estadual.

Observa-se também que dentro dessa nova conjuntura das políticas sociais muito se tem evoluído em se tratando de projetos e programas sociais. Porém com todo esse avanço em se tratando de postos de trabalhos do assistente social ainda não é suficiente para atender as demandas da sociedade, como também a equipe técnica carece de capacitação para exercício da prática profissional. Dentro deste contexto é comum se falar que o assistente social é para assistência o que o médico representa para saúde, porém em se tratando de sistema de remuneração ainda existe uma enorme disparidade de valores em comparação a equiparação salarial de ambos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Norma Operacional Básica NOB/SUAS: Construindo as Bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional. 13. Ed. São Paulo, Cortez, 2007.

LIMA, Terezinha Moreira. Apolítica Social no Dia – a – Dia. São Paulo, Cortez, 1982.

ALAYÓN, Noberto. Assistência e Assistencialismo: Controle dos Pobres ou Erradicação da Pobreza?. São Paulo, Cortez, 1998

LEI Nº 8.742/93. Lei Orgânica da Assistência Social